

TEXTO A SER LIDO NA CERIMÔNIA DO DIA 08/08/2018, NA CÂMARA MUNICIPAL DO RJ, QUANDO DO RECEBIMENTO DA MEDALHA PEDRO ERNESTO AO AGCRJ.

Boa noite a todos, em nome do Arquivo Geral da Cidade do RJ eu gostaria de agradecer a presença de vocês nesta noite. Agradecer igualmente os componentes da mesa:

A Professora Ismênia de Lima Martins, Professora Emérita da UFF, uma amiga de tantas lutas,

A Professora Terezinha Saraiva, Secretária de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, no governo Carlos Lacerda (1960-5), e a primeira Secretária Municipal de Educação e Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, após a fusão, no governo Marcos Tamoyo (1975-9), responsável pela construção da sede do AGCRJ,

O Professor Ricardo Figueiredo de Castro, presidente da Seção Rio da Associação Nacional de História (Anpuh) e meu contemporâneo na graduação da UFF,

O Professor Eliezer Pires da Silva, diretor da Escola de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio (UniRio) e colega no 1º. Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARq)/UniRio.

Meu agradecimento especial ao vereador Cesar Maia, aqui representado pelo vereador Celio Lupparelli, pela lembrança do aniversário do Arquivo da Cidade e por esta deferência que muito alegrou e emocionou a mim e a minha equipe, aguerrida. A eles também, meus agradecimentos. Igualmente a todos os servidores que nestes 125 anos, deram a sua contribuição para construirmos o AGCRJ.

A tradição lusa nos Arquivos brasileiros marca a pujança dos acervos que chegaram até nós. Aprendemos com os portugueses os trâmites burocráticos e a circularidade dos documentos, permitindo que recuperemos informações que possam ter se perdido aqui ou ai, como demonstraram os Programas Resgate e Reencontro, na troca de microfilmes entre os componentes do velho “Império Ultramarino Português”.

Isto explica o porquê do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) ser uma das instituições de arquivo que concentra uma das mais antigas coleções documentais do país, cuja origem é a da fundação da *muy leal e heroica* cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, estabelecida em 1º de março de 1565, quando o governador e capitão-mor Estácio de Sá lançou o marco à

entrada da baía de Guanabara, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, no atual bairro da Urca.

Seguindo as determinações da legislação em vigor na Coroa, Estácio de Sá instituiu o Regimento e o Foral da municipalidade, que regulamentaram os deveres, privilégios e direitos dos que aqui morariam. Ao estabelecer o governo local, produziu os primeiros documentos da cidade, que ao receber esse título, aferiu ao Rio uma autonomia administrativa e judiciária que uma simples vila não teria.

Durante o período colonial, a ordenação jurídica portuguesa determinou que a Câmara Municipal exercesse as funções administrativas, políticas, legislativas, judiciais, fazendárias e policiais, já que não houve uma separação de poderes e atribuições.

Segundo Boris Fausto, nos dois séculos iniciais da colonização, a Câmara Municipal tornou-se, na prática, a principal autoridade da Capitania, superpondo-se aos capitães-governadores e, em certos casos, exigindo da Coroa a sua substituição.

Neste sentido, Fernanda Bicalho defende que o Conselho Municipal “gozou, durante todo o século XVII, de uma autonomia impensável para quem se detém no estudo de suas funções na centúria seguinte”.

Em conformidade com as Ordenações portuguesas, “(...) o primeiro escrivão da Câmara Municipal, Diogo de Oliveira, foi incumbido de registrar em livros próprios e de guardar em uma ‘**arca grande e boa**’ as cartas de doação de sesmarias concedidas por Estácio de Sá aos jesuítas, à municipalidade e aos primeiros povoadores; as cartas forais; os termos de provimento dos camaristas municipais; e as provisões cíveis dos oficiais da municipalidade”.

Pode-se afirmar que o primeiro escrivão Diogo de Oliveira foi o 1º. Responsável pelo Arquivo da Câmara Municipal e que esta **arca grande e boa** é a origem do Arquivo da Câmara Municipal, cujo acervo foi transferido a recém-instituída Prefeitura do Distrito Federal quando do decreto nº 44, de 05 de agosto de 1893, assinado pelo Prefeito Henrique Valadares (1893-1895).

A instituição denominada *Archivo do Distrito Federal* passou por diversas configurações e status, completando este ano, 125 anos como um órgão da Prefeitura.

Da efeméride que se comemora, mapearam-se os seus diversos momentos. Desta forma, é significativo rememorarmos esta empreitada.

Desde 1882, quando foi construído o Paço Municipal, nas proximidades do Campo da Aclamação (atual Praça da República), o antigo Arquivo da Câmara funcionou em seu pavimento superior. Com o estabelecimento da República,

o prédio passou a abrigar a nova administração e, oficialmente, a partir da promulgação da Lei Orgânica Municipal de 1892, a Prefeitura do Distrito Federal.

No panorama de alterações da burocracia administrativa, o *Arquivo do Distrito Federal* passou por diversos nomes, subordinações e endereços desde 1893.

Permaneceu no prédio do Paço Municipal até a sua demolição para a abertura da Avenida Presidente Vargas, nos anos 1940.

A partir de 1º de junho de 1944, foi transferido para o antigo Palácio das Festas, onde anteriormente era sediado o Departamento de Rendas Diversas, da Secretaria de Fazenda da Prefeitura, à Rua Santa Luzia, nº 11.

No período que se seguiu, o *Arquivo do Distrito Federal* vivenciou dificuldades expostas nos relatórios de vários de seus dirigentes. Mas vale pontuar, como as imagens em depósito no AGCRJ demonstram a preocupação com as instalações de áreas de tratamento documental e serviços executados no acervo, bem como as reuniões da Comissão de Logradouros, já em 1949, e que retornaram ao AGCRJ em 2006, como uma câmara de assessoramento na indicação de nomes para as ruas da cidade.

Em 1960, com a transferência da Capital Federal para Brasília, o Rio tornou-se Estado da Guanabara. Da Rua

Santa Luzia, em 1963 o *Arquivo do Distrito Federal* foi transferido mais uma vez, ocupando o Palácio da Marquesa de Santos, na Avenida Pedro II, em São Cristóvão.

Dali, dois anos depois, o acervo foi novamente deslocado para o número 400 do mesmo logradouro, ocupando o segundo andar da oficina de conserto de móveis escolares, da Secretaria de Educação e Cultura. Certamente, a sua sede mais insalubre.

A professora Terezinha Saraiva, lembrou em depoimento a mim e a Sandra Horta, que lutou na gestão do prefeito Marcos Tamoyo, pelo Arquivo da Cidade, porque tinha uma dívida que não conseguiu sanar quando secretária de Educação e Cultura no governo de Carlos Lacerda.

O governador, na área da cultura a incumbiu de três tarefas: recuperar o Teatro João Caetano, que estava abandonado; criar um Museu do Primeiro Reinado, na Casa da Marquesa de Santos, então abandonada; e acomodar o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. São as lembranças da professora que nos conta:

"Quando cheguei à Secretaria de Educação e Cultura do Município do Rio [já no governo Tamoyo], tinha uma preocupação que não

consegui resolver: o Arquivo". Então, "em 1975, assumo a Secretaria e digo assim: 'Onde está o Arquivo da Cidade?'. Estava no mesmo lugar. Fui lá, na mesma hora. (...) [E dali], fui direto falar com o Tamoyo, que estava no Palácio da Cidade. Falei: 'Tamoyo, nós temos que assumir hoje um compromisso com a cidade do Rio de Janeiro'. Conteí essa história toda de 1965 e ele falou: 'Vamos cumprir isso!'. Então, a primeira coisa a se fazer é arranjar um terreno, que seja um lugar acessível" (KUSHNIR e HORTA, 2011).

Fiz questão de tê-la conosco e aqui presto a minha homenagem à Sra., ao Comandante Martinho, à D. Lia Malcher, aos irmãos Muza, e a todos que contribuíram para que o AGCRJ tivesse uma sede-própria. E mais que isso, que fossemos o 1º. Prédio na América Latina construído para abrigar um Arquivo. Sei o que significa desejar e conseguir concretizar. Então, a todos vocês, o nosso muito obrigada.

O AGCRJ formalmente instalado, mesmo com o prédio não finalizado, à Rua Amoroso Lima, nº 15, foi inaugurado no último dia da gestão de Tamoyo, em 14 de março de 1979.

Naquele dia, o então prefeito entregou cerca de 1000 fitas rolo e fitas k-7 de sua experiência de “prefeitura itinerante”. O acervo oral estava lá quando cheguei, em 2005. E com Sandra Horta iniciamos a transferência de suporte e o controle do acervo. Consolidando a partir dali, o Programa de História Oral do AGCRJ.

O edifício do AGCRJ, de instalações adequadas ao seu uso, teve na combativa então Diretora, Lia Malcher, muito dessas conquistas implementadas. Da consultoria do arquivista francês, Michel Duchan, a parceria com o professor José Paulo Esposel, uma referência de dedicação a pensar o lugar e as funções dos arquivos no país, e recém-falecido. Era o final dos anos de 1970, e a esperança nas mudanças invadia a todos.

No Arquivo Nacional, concomitante vivenciaríamos a gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto, certamente a catalisadora para termos hoje, os marcos legais consolidados em 1991.

D. Lia Malcher ao lembrar-se deste processo, sublinhou a missão dos Arquivos Públicos. Assim, a importância da instituição arquivística

"está em você resguardar esta documentação histórica, preservar a documentação e a colocá-la disponível para o pesquisador de caráter

científico e cultural ou para o cidadão que aqui vem procurar a comprovação de seus direitos” (KUSHNIR e HORTA, 2011).

Em momentos como esse, onde a partir da comemoração pelos 125 anos, repensamos a instituição, vale sublinhar que importantes nomes da Arquivologia e da pesquisa Histórica trabalharam no e pelo AGCRJ, como seus diretores-gerais ou dirigentes de áreas específicas, como: Pires de Almeida, Noronha Santos, Restier Gonçalves, Olínio Coelho, Helena Corrêa Machado, Werneck da Silva, Afonso Carlos Marques dos Santos, Eliana Furtado de Mendonça, Paulo Elian, José Maria Jardim, e tantos outros.

Nosso acervo, de 453 anos, já foi nominado 5 vezes Memória do Mundo, Brasil, da Unesco, desde a instalação do Programa em 2007. E num mesmo ano, fomos Brasil, e América Latina e Caribe. São eles:

O Dia do Fico,
O 2º. Congresso Operário
Os Aforamentos,
Registros Fotográficos das Transformações Urbanas (1900-50), e
Revolta da Armada.

Marcos de um arrojo administrativo, a Prefeitura do Rio em 2003 regulamentou por decreto a Lei 3.404, de 2002, e desponta como uma das primeiras cidades a adequar a Lei de Arquivos, de 1991, a nossa realidade. Passados quase 40 anos do AGCRJ instalado em sua sede-própria, o AGCRJ tornou-se um órgão da Secretaria Municipal da Casa Civil desde 2013. Seguiu, assim, uma tendência das instituições brasileiras que neste patamar da administração pública, reforçam a missão das instituições de arquivo como, primeiramente, para atender à **Governança** por meio da **Gestão de Documentos**. E findo o trâmite e o processo administrativo, para embasar a produção de conhecimento, atendendo, portanto, ao campo do **Legado**, ofício dos Arquivos Públicos no mundo contemporâneo.

Muito Obrigada,

Beatriz Kushnir